

## Relatório de atividades na Pró-Reitoria de Graduação

(fevereiro de 1990 a agosto de 1993)

Celso de Rui Beisiegel

### Uma explicação necessária

Antes de assumir a Pró-Reitoria de Graduação, desde 1988, primeiro como Vice-Diretor da Faculdade de Educação e depois como Diretor da Faculdade, fui muitas vezes convocado pelo então Vice-Reitor, Roberto Lobo, para simples conversas, para colaborar em projetos ou para participar de exames e debates sobre problemas da Universidade. Em janeiro de 1990, ao aceitar o convite do recém-eleito Reitor Roberto Lobo para assumir a Pró Reitoria, encontrei já integrados em sua equipe vários outros professores com notável experiência de gestão universitária. Já conhecera anteriormente como integrantes da administração de José Goldemberg os professores Erney Plesmann de Camargo, na Pró-Reitoria de Pesquisa, Ruy Laurenti, na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, Oswaldo Ubriaco Lopes, na Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Na gestão Lobo, Erney e Ubríaco continuaram dirigindo as respectivas pró-reitorias. Laurenti seria eleito, em seguida, para a Vice-Reitoria. A equipe passou a contar logo depois com Franco Lajolo, na presidência da CERT e, após 1992, como Pró-Reitor de Pós-Graduação. Já conhecia, também, a secretária Lor Curi e o chefe de gabinete Roberto Drugovich, além de vários outros colaboradores da administração. Foi fácil e muito gratificante trabalhar com esses companheiros e com outros colegas que ingressaram depois em diversos encargos da administração central.

O Reitor Roberto Lobo atuou durante toda a gestão como líder e regente de uma equipe que realmente atuava como equipe. Por isso mesmo, ao relacionar, em seguida, as atividades realizadas na pró-reitoria durante meus dois mandatos como Pró-Reitor, devo deixar claro, antes de mais nada, que **foram sobretudo ações da equipe gestora da Universidade**, no âmbito da Pró-Reitoria de graduação. Algumas já estavam decididas, delineadas e até mesmo iniciadas quando tive o privilégio de integrar-me na equipe.

#### 1. A melhoria da graduação na USP

O primeiro grande desafio que enfrentei surgiu já na conversa do Reitor quando me comunicou sua intenção de convidar-me a assumir a Pró-Reitoria. Na ocasião, afirmou-me que a melhoria dos cursos de graduação seria objetivo prioritário em sua gestão. Essa perspectiva potencializava o peso da responsabilidade que estava prestes a assumir.

Em primeiro lugar, era importante definir o alcance dessa definição de prioridades. Convinha ressaltar, desde logo, que esta decisão de definir como prioritária a melhoria da graduação em nenhum momento significou qualquer desatenção às necessidades da pesquisa, da cultura, da extensão e da pós-graduação. Cuidava-se, simplesmente, de trabalhar no sentido de restabelecer, no cotidiano da Universidade, a importância que necessariamente deve ser atribuída ao ensino de graduação.

Ao fixar esta prioridade, o Reitor dava expressão institucional ao sentimento de numerosos grupos de professores que, nas unidades universitárias, já vinham defendendo a urgente necessidade de valorização e racionalização da graduação. Mais ainda, as orientações defendidas pela Reitoria legitimavam as posições desses professores e reforçavam suas possibilidades de atuação.

Transcrevo, em seguida, alguns trechos do relatório que apresentei ao Conselho Universitário em 1993, a propósito da busca de melhoria dos cursos de graduação da USP<sup>1</sup>:

“Cerca de 36.000 alunos freqüentam, anualmente, os 93 cursos de graduação da Universidade de São Paulo. Em todas as avaliações disponíveis, esses cursos, em sua grande maioria, classificam-se entre os melhores do país. Apesar disso, é inegável que, ao longo dos anos, a graduação da USP veio acumulando problemas e deficiências.

Nas últimas duas décadas, na medida em que respondia às exigências do processo de atualização científica e tecnológica do país, a USP investiu seus melhores recursos no desenvolvimento da pesquisa e na institucionalização e expansão dos estudos pós-graduados. Durante esse período, os cursos de graduação vieram progressivamente assumindo a condição de tarefa menor, relegada com freqüência aos cuidados de professores menos experientes. Também com muita freqüência, as disputas dos departamentos por maior espaço e poder nas unidades acarretaram multiplicação desnecessária de disciplinas nos respectivos cursos. Cabe acrescentar que a reestruturação decorrente da reforma universitária de 1970 provocou, em alguns cursos, sérias dificuldades de articulação entre as disciplinas dedicadas à formação básica, realizada nos institutos, e as disciplinas dedicadas à formação profissional, realizada nas escolas e faculdades. Desinteresse e afastamento dos professores mais experientes; currículos sobrecarregados e, muitas vezes, internamente desarranjados; repetições desnecessárias de assuntos e bibliografia em diferentes disciplinas; programas desatualizados; altas taxas de evasão, sobretudo nas licenciaturas; relativo abandono dos cursos noturnos; desarticulação entre as disciplinas básicas e as profissionalizantes..., além de outros fatores,

---

<sup>1</sup> Cf. Beisiegel, C. R. – “A melhoria do ensino de graduação”. *Jornal da USP*, 17 a 23/5/1993, p.2.

uns e outros com maior ou menor peso nas diferentes unidades, estavam realmente a exigir urgente esforço de racionalização e melhoria da graduação.

Por todas estas razões, desde que assumiu a Reitoria, em 1990, o professor Roberto Lobo vem declarando que a melhoria do ensino de graduação é prioritária em sua administração.”

Desenhavam-se, claramente, assim, os procedimentos que viriam a ser adotados pela Pró-Reitoria de Graduação na realização desses objetivos. Tratava-se, claramente, de **estimular, legitimar e reforçar a atuação dos grupos de professores comprometidos com a racionalização e a melhoria do ensino de graduação nas respectivas unidades**. A partir dessa orientação, era possível esperar que, nas próprias unidades, as iniciativas de valorização e melhoria da graduação adquirissem maior impulso. Esta expectativa encontrou correspondência. No início de 1993, em quase todas as unidades registravam-se iniciativas voltadas para a melhoria do ensino de graduação. As informações então levantadas pela Pró-Reitoria retratavam uma nova dinâmica na Universidade nessa área de atividades, agora agitada por reuniões, seminários e outras formas de encontros dedicados à reflexão e ao debate sobre os problemas e as perspectivas dos cursos. Um exame preliminar das propostas de reestruturação curricular apresentadas à Pró-Reitoria, pelas unidades, revelava que parte delas conduzia à racionalização das cargas horárias, com diminuição do número de horas dedicadas às aulas tradicionais e ampliação de atividades que exigem maior e mais ativa participação do aluno no processo de sua formação. Em alguns casos, como ocorreu, por exemplo, em propostas do IF e do IME (para a licenciatura de Matemática), observava-se a preocupação de organizar os estudos tendo em vista o aluno real, considerando suas dificuldades e deficiências de formação anterior. Algumas propostas consideraram a necessidade de ampliar as perspectivas do aluno no mercado de trabalho. Com freqüência, as propostas defendiam maior flexibilidade curricular e apontavam para a busca da interdisciplinaridade.

Os esforços no sentido da reformulação curricular dos cursos de graduação resultaram, assim, principalmente do empenho de professores e da administração acadêmica das Unidades. A participação da Pró-Reitoria consistiu sobretudo em estimular a produção das propostas e em criar as condições para sua implementação.

## 2. O curso experimental de Ciências Moleculares

O relatório apresentado ao Conselho Universitário, em 1993, insistia em afirmar que a Pró-Reitoria buscou atuar na racionalização e na melhoria das estruturas curriculares dos cursos de graduação mediante estímulo às discussões e à produção de propostas de renovação pelas unidades universitárias. Contudo, em duas situações, houve uma atuação mais direta da administração central nesse esforço de renovação dos cursos: nas propostas de criação do Curso Experimental de Ciências Moleculares (CECM) e do Curso Experimental de Licenciatura em Ciências (LIUSP).

A proposta de criação de um curso experimental de ciências moleculares amadureceu por longo período antes de chegar ao Conselho de Graduação, no final de 1990. Nasceu de um projeto desenvolvido por Roberto Lobo, quando ainda era Vice-Reitor, e Erney Camargo, Pró-Reitor de Pesquisa. Foi inicialmente concebido como um curso capaz de encaminhar com flexibilidade e maior eficiência a formação de jovens pesquisadores numa área de ponta na investigação científica.

Regulamentado nos termos da Resolução COG n. 3.836, de 3 de julho de 1991, o curso foi diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Graduação. Era administrado por um Conselho Diretor, por uma Comissão Coordenadora e por uma Coordenação de Curso. Admitia, anualmente, até um máximo de 25 alunos, selecionados entre todos os alunos aprovados no exame vestibular da Fuvest e regularmente matriculados na USP. Realizados em período integral, os estudos eram organizados em dois ciclos, um comum para todos os alunos, nos dois primeiros anos, e outro, nos dois anos seguintes, mais individualizado, com currículo e projeto de pesquisa organizados especialmente para cada um dos alunos. Nos dois primeiros anos, os estudos eram concentrados em cursos de Biologia, Física, Matemática e Química. Estudavam-se, também, Filosofia da Ciência, Computação e Inglês instrumental. No ciclo seguinte, de quatro semestres, o aluno passava a cursar disciplinas nas diversas unidades da USP, sob um currículo individual definido juntamente com seu professor orientador, considerando sobretudo as necessidades de seu projeto de pesquisa. Uma avaliação dos trabalhos realizados envolvendo sete turmas de alunos diplomados até o final da década de 1990 dá informações bastante positivas sobre o rendimento do curso. Foi possível afirmar que o curso experimental vinha sendo bem sucedido no objetivo de formar pesquisadores numa área de ponta da investigação científica<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Cf. Beisiegel, C. R. – “De Ciências Moleculares a Humanidades, uma trajetória”, in Ribeiro, R. J.(org.) – Humanidades – um novo curso na USP.EDUSP, São Paulo, 2001.

### 3. O curso experimental de licenciatura

Entendida como uma experimentação de novos procedimentos na formação de professores, a proposta de criação do curso experimental buscava 1) atuar como elemento catalisador de um amplo debate universitário sobre as licenciaturas; 2) constituir-se em referencial para a avaliação da eficácia das inovações então propostas.

A proposta de criação do curso experimental de Ciências Moleculares foi bem recebida na Universidade. Já a proposta de criação do LIUSP encontrou resistências. Foram realizadas numerosas reuniões em 1990, entre professores interessados na discussão das licenciaturas e os membros do grupo de trabalho constituído pela Pró-Reitoria. Dessas discussões, resultou a criação de um **Fórum das Licenciaturas da USP**, organizado com o objetivo de promover debates sobre as deficiências e as perspectivas de melhoria das licenciaturas. O relatório apresentado pela Pró-Reitoria ao Conselho Universitário em 1993 registra que desde o início de suas atividades, o Fórum havia realizado quatro etapas de discussões e produziu novas análises e propostas sobre os rumos dos cursos de licenciatura. O relatório registra, finalmente que, na perspectiva da Pró-Reitoria de Graduação, os cursos experimentais, além de buscarem formar pesquisadores e professores sob estruturas curriculares e procedimentos didáticos radicalmente diversos dos atuais, tinham ainda a intenção de atuar sobre as unidades universitárias demonstrando que era possível ensaiar inovações mais significativas. Em outras palavras, **os cursos experimentais deviam atuar como desafio à imaginação criadora da Universidade.**

”3

### 4. O ingresso na Universidade

Ao assumir a Pró-Reitoria encontrei um outro difícil desafio colocado pelos resultados dos exames vestibulares para 1990.

As respostas adotadas e a política de vestibulares então definida para a Universidade estão claramente expostas em estudos divulgados em publicação especializada da Fundação Carlos Chagas<sup>4</sup>:

Encontra-se nessa publicação que:

“Nas últimas décadas, o ingresso na Universidade vem assumindo a condição de um dos mais dramáticos e traumatizantes desafios para grande parte de nossa juventude. Os exames vestibulares da FUVEST recebem, anualmente, mais de cem mil candidatos . Afetam,

---

<sup>3</sup> Cf. Beisiegel, C. R. - “A melhoria do ensino de graduação”. Jornal da USP, 17 a 235/1993, p. 2.

<sup>4</sup> Cf. Beisiegel, C. R. – “Uma política de vestibulares para a USP”, Avaliação Educacional, jan.-jun. - 1995, n. 11. FCC, São Paulo, 1995.

assim, direta ou indiretamente, no mínimo cerca de meio milhão de pessoas. Com tanta gente envolvida em processo tão perturbador e significativo, compreendem-se perfeitamente os cuidados e a extrema cautela que cercam a organização e a realização desses exames vestibulares.

Os exames da Fuvest vêm sendo inegavelmente bem sucedidos. Nunca ocorreu na Fuvest o sempre temível fenômeno da quebra de sigilo das provas. Raramente aconteceram erros ou imprecisões na elaboração das perguntas. Os resultados têm sido recebidos como *decisões legítimas* pelos interessados, pelos especialistas e pela opinião pública em geral. Por tudo isso, eventuais propostas de mudança na organização e na condução dos vestibulares sempre foram examinadas com extrema prudência.

Apesar destas condições favoráveis à manutenção dos procedimentos, os resultados dos vestibulares da Fuvest, em 1990, impuseram reflexões e determinaram mudanças. No ano anterior, o Conselho de Graduação (COG) da Universidade de São Paulo havia aprovado propostas de introdução de *disciplinas eliminatórias* específicas para os diferentes cursos, com nota mínima três. O Conselho de Graduação aprovou, ainda, a *média geral eliminatória três*, para todos os cursos. A *prova de redação* também eliminava os candidatos que não obtivessem a nota mínima três. A somatória dessas exigências teve um efeito perverso. Das 6.802 vagas então oferecidas pela Universidade nos seus diferentes cursos, 907 (cerca de 13%) deixaram de ser preenchidas. O não preenchimento das vagas disponíveis afetava principalmente os cursos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do campus da Capital.

Mas, o rigor dos exames determinou o não preenchimento das vagas disponíveis também em outros cursos da Capital e em cursos mantidos pela USP nos campi do interior do Estado.

Uma primeira observação desses resultados indicava que os cursos tradicionalmente mais prestigiados e mais procurados não apresentaram vagas ociosas. As vagas disponíveis em Medicina, Engenharia, Direito, Odontologia, Farmácia, Veterinária... etc., duramente disputadas por grandes contingentes de jovens escolarmente competitivos, foram todas preenchidas. As vagas ociosas ocorreram principalmente em cursos que encaminhavam seus alunos para ocupações social e economicamente menos compensadoras.

Tais resultados eram preocupantes, por várias razões: em primeiro lugar, porque, numa conjuntura em que tudo o que é público, no país, se encontrava sob crítica e suspeição (inícios do governo Collor), o pleno aproveitamento da capacidade formadora dos cursos constituía-se em requisito importante na defesa da Universidade. Por outro lado, o não preenchimento das vagas afetava cursos que encaminhavam seus alunos para ocupações eventualmente pouco prestigiadas,

mas que são essenciais sob o ponto de vista de sua importância para o futuro do país. Incluem-se, aí, sobretudo, os cursos de formação de professores e especialistas para a rede de escolas do ensino de primeiro e segundo graus. Se aos candidatos a esses cursos não forem acessíveis os estudos nas universidades públicas, os futuros professores de nossas novas gerações só poderão recorrer às escolas particulares, quase sempre de qualidade precária. O prejuízo social daí decorrente dispensa outras considerações.

Diante desses resultados, o Conselho de Graduação aprovou proposta do Reitor de realização de um segundo vestibular, ainda em 1990, com a intenção de possibilitar o preenchimento das vagas remanescentes.

Em seguida, adotou novas diretrizes para o recrutamento de alunos na USP. A exigência de nota mínima três em disciplinas específicas e a média geral eliminatória três foram suprimidas. Foi mantida, para os vestibulares subseqüentes, a prova de redação obrigatória, com nota mínima três. Respeitada esta exigência, **os vestibulares deveriam passar a preencher todas as vagas estabelecidas pelas unidades, selecionando, para isso, os melhores concorrentes disponíveis entre os candidatos que se apresentassem para cada um dos cursos.** Esta orientação foi consolidada e retificada em 1993. Percebeu-se, então, que ao ficar como a única prova de caráter eliminatório, com nota três, a prova de redação perdera eficácia, deixando de discriminar os alunos que efetivamente tinham condições de ingressar na Universidade. A análise dos resultados dos últimos vestibulares demonstrava que as bancas da prova de redação relutavam em atribuir aos candidatos notas menores do que três. Introduzia-se, com isso, séria distorção na classificação final dos candidatos. Por outro lado, na prática anulava-se a intenção de favorecer o ingresso de candidatos com bom domínio da comunicação escrita. Com a finalidade de devolver à redação a importância que deve ter nos vestibulares, o Conselho de Graduação optou por retirar o caráter eliminatório da prova, mantendo sua participação na classificação dos candidatos. Como resultado dessa providência, os vestibulares da Fuvest finalmente passaram a apresentar-se de fato como exames classificatórios.

Convém ainda observar que as características dos exames e os procedimentos adotados em sua realização foram objeto de análises e discussões durante toda a gestão Roberto Lobo. Essas análises culminaram com a realização de um **Debate sobre os Vestibulares da Fuvest**<sup>5</sup>, em maio de 1992, com a participação dos professores Walter Leser, pioneiro na introdução dos exames objetivos no Brasil, Sérgio Costa Ribeiro, ex-coordenador da Cesgranrio e importante pesquisador

---

<sup>5</sup> Cf. Beisiegel, **Avaliação Educacional**, op. cit., p. 13.

das questões dos vestibulares, Maria Thereza Fraga Rocco, pesquisadora com significativa contribuição aos estudos de Teoria da Linguagem e dos exames de redação no vestibular, Heraldo Marelim Vianna, especialista em estudos de medidas educacionais e pesquisador na área dos exames vestibulares e Flávio Wagner Rodrigues, diretor executivo da Fuvest, desde 1989. Foram convidados a participar das discussões todos os membros do Conselho de Graduação, do Conselho Curador e da Diretoria da FUVEST e outros especialistas e interessados nas questões dos vestibulares.

Durante as exposições e discussões subseqüentes, foram examinadas em profundidade questões concernentes às formas de organização do vestibular, às vantagens e desvantagens relativas dos testes de múltipla escolha e das perguntas dissertativas, às provas de redação, à influência dos exames vestibulares na orientação dos estudos de segundo grau, à eventual volta de testes de nível intelectual etc..

Esse debate sobre os exames vestibulares da Fuvest teve consequências relevantes. As comunicações apresentadas e as discussões evidenciaram que havia urgente necessidade de correção de algumas distorções, especialmente na organização das provas da primeira fase. Ficou evidente, para os participantes, que as provas da primeira fase continham um número muito reduzido de questões, absolutamente insuficiente para possibilitar uma cobertura razoável dos programas das diversas disciplinas no ensino de segundo grau. Era preciso aumentar o número de questões e valorizar efetivamente, no processo avaliativo, os estudos realizados pelos candidatos no âmbito do ensino de segundo grau. Por outro lado, a Pró-Reitoria de Graduação entendia, também, que era necessário valorizar a avaliação de Português e de redação, considerando a possível influência desse procedimento nas orientações do ensino de primeiro e segundo graus.

Encontram-se aí, nesses estudos e nos debates subseqüentes, os fundamentos para a elaboração de uma importante proposta de melhoria dos exames vestibulares, de autoria do professor Alceu Gonçalves Pinho Filho, que substituíra o anterior titular da diretoria executiva da FUVEST. Ao final da gestão Lobo, a proposta de reforma do vestibular estava consolidada. Com sua aprovação em 1995, atendia-se na medida do possível às principais reivindicações dos educadores envolvidos nos debates de 1992.

## 5. Os cursos noturnos na USP

A Constituição do Estado de São Paulo, de 1989, estabelecera que as universidades públicas estaduais deveriam manter cursos noturnos que, no conjunto de suas unidades, correspondam a um terço pelo menos do total das vagas por elas oferecidas. Nesse mesmo ano, a USP atendia a esse dispositivo no campus da Capital. Mas, não havia cursos noturnos nos



campi do interior. Assim, o conjunto das unidades, com cerca de 72% de vagas iniciais nos cursos diurnos, ainda não respeitava as exigências constitucionais.

Em 4/9/90, a Resolução 3.731 do Conselho Universitário, estabeleceu que **cada um dos campi da Universidade** deveria criar vagas em cursos noturnos que, no conjunto de suas unidades, correspondessem a pelo menos um terço do total de vagas por elas oferecidas em cursos de graduação.

A decisão do CO legitimava e reforçava a ação desenvolvida pela Pró-Reitoria com vistas à expansão dos trabalhos em período noturno. No final da gestão, haviam sido criados, no campus de Ribeirão Preto, os cursos noturnos de economia, administração e ciências contábeis, inicialmente sob a supervisão da FEA. Também na USP de Ribeirão Preto, encontrava-se em fase final de instalação uma especialização em Química Industrial. No campus de São Carlos, começara a funcionar o curso de licenciatura no ensino de ciências. Deve-se considerar ainda que, não obstante as resistências, de várias ordens, sempre opostas às propostas de criação de vagas no período noturno, as discussões sobre essa questão continuavam acontecendo em diversas unidades no conjunto da Universidade.

## 6. A criação do NAEG

Nas últimas décadas, a Universidade viveu acelerado processo de expansão e adquiriu grande complexidade em todos os aspectos de seu funcionamento. No entanto, por estranho que possa parecer numa organização voltada em grande parte para a geração de conhecimentos, a Universidade não estava preparada para produzir conhecimentos a respeito de si mesma. Só há poucos anos começaram a estar disponíveis informações sistemáticas sobre características de seu funcionamento. Mas, ainda eram pouco conhecidos, como exemplos, o perfil dos vestibulandos, o perfil dos ingressantes, os fatores da evasão nos cursos de graduação, o destino profissional dos egressos, seu desempenho no mundo do trabalho, além de muitas outras variáveis significativas. A proposta de criação do Núcleo de Apoio aos Estudos de Graduação (NAEG) procurava responder à necessidade de instalação de organismos institucionais dedicados a realização de programas sistemáticos e permanentes de produção de informações dessa natureza. Foram programadas, inicialmente, duas pesquisas, a primeira sobre o destino ocupacional dos egressos dos cursos de graduação e uma outra sobre os fatores da evasão de alunos dos cursos. As atividades foram orientadas no sentido de procurar estreito entrosamento com o Núcleo de Estudos do Ensino Superior (NUPES) e com as Comissões de Graduação das unidades. Como nas demais atividades desenvolvidas na Pró-

Reitoria, os trabalhos do NAEG também deveriam orientar-se no sentido de favorecer a produção de conhecimentos sobre a graduação nas próprias unidades universitárias.

#### 7. A criação de melhores condições de estudo para os alunos da graduação

A Pró-Reitoria estimulou e apoiou à reorganização do centro de estudos de línguas da FFLCH e patrocinou a criação de um núcleo de ensino de línguas, na Faculdade de Educação, como momento inicial de desenvolvimento de um programa mais ambicioso de oferta de acesso a um curso de Inglês instrumental a todos os alunos de graduação da Universidade. De igual modo, com o programa de instalação das salas do “Pró-aluno” e a criação de um Centro de Ensino de Computação junto ao IME, procurou-se estender a todos os alunos a possibilidade de acesso aos recursos da computação eletrônica.

#### 8. Bolsas de Estudos da Graduação.

No primeiro semestre de 1990, uma comissão julgadora de alto nível selecionou cinco propostas de estágio no exterior, dando início ao Programa de Bolsas Institucionais de Estudos da Graduação. Sob a perspectiva da Reitoria, seriam consideradas 1) as propostas de observação e estudos de cursos de graduação no exterior tendo em conta as possíveis contribuições para o encaminhamento de respostas para questões envolvidas nos projetos da unidade. 2) a qualidade das propostas de diagnóstico da graduação da unidade, sob a perspectiva das dificuldades e das possibilidades de melhoria do ensino; 3) a qualidade dos projetos alternativos de melhoria da graduação, decorrentes de diagnósticos. Seriam ainda valorizados como critérios favoráveis à escolha a seleção interna de candidatos, considerando o histórico de seu envolvimento com a melhoria da graduação e sua habilitação para atividades previstas no exterior.

#### 9. Livros didáticos da USP para o ensino de segundo grau

Por proposta do Pró-Reitor de Pesquisa, Erney Plesmann de Camargo, a Pro-Reitoria envolveu-se no programa de produção de livros didáticos da USP para o ensino de segundo grau. A idéia central da proposta era a de procurar produzir livros didáticos de excelente qualidade, preparados pelos melhores especialistas das disciplinas estudadas no ensino de segundo grau, com elevadas tiragens e preços razoáveis, a fim de induzir a melhoria de qualidade da produção das editoras comerciais. Esperava-se que para poderem competir com os livros produzidos no programa da USP, as editoras buscassem aprimorar a qualidade das

respectivas produções didáticas. Livros de melhor qualidade poderiam contribuir para a formação de melhores candidatos aos cursos de graduação da Universidade.

O tempo exigido pelo amadurecimento da produção dos livros e a descontinuidade de administrações da Universidade impossibilitaram ao programa uma realização de maior alcance. Foram produzidos somente um livro de História do Brasil, de Boris Fausto, e um livro de Literatura Brasileira, de Luiz Roncari. A excelência dessas produções documenta o potencial do programa de livros didáticos da Universidade.

#### 10. Centralização das transferências

Além do preenchimento de todas as vagas colocadas pelas unidades para os exames vestibulares, o pleno aproveitamento das possibilidades de estudo disponíveis na graduação da Universidade impunha também o controle padronizado do processo de transferências. A administração central passou a levantar o número de vagas disponíveis nas unidades para a aceitação dos pedidos de transferências e submeteu o processo a normas padronizadas. Esses procedimentos resultaram em considerável aumento do número de transferências recebidas pela Universidade.

#### 11. Iniciação à docência

Em projeto realizado conjuntamente com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, por iniciativa do Pró-Reitor Franco Lajolo, inspirado nas práticas do Teacher Assistance em universidades dos Estados Unidos, a Pró-Reitoria participou da aprovação do projeto de instituição dos trabalhos de iniciação à docência junto aos cursos de graduação.

#### 12. Avaliação docente

O relatório de 1993 ao Conselho Universitário registra a aprovação pelo Conselho de Graduação, em 1992, da Resolução que instituía a avaliação didática dos cursos de graduação, com a finalidade explícita de possibilitar a adoção de procedimentos de valorização da atividade nos cursos de graduação para a realização da carreira acadêmica.

Todos os professores da Universidade obrigam-se a ministrar aulas nos cursos das respectivas unidades. Por essa razão, somente a rigorosa avaliação de qualidade dos trabalhos docentes possibilitaria sua inclusão entre as variáveis consideradas nos diversos processos de valorização na carreira. Essa providência atendia, assim, a reiterados reclamos de professores da Universidade, inconformados com a desconsideração do maior envolvimento no trabalho docente nos critérios de realização da carreira acadêmica. Nessa proposta de instituição da

avaliação didática dos cursos de graduação, atribuíam-se inicialmente às unidades universitárias as decisões sobre os procedimentos a serem adotados. Esta descentralização das decisões sobre a avaliação era limitada somente pela exigência de consulta aos alunos dos cursos de graduação.

Outras iniciativas menos abrangentes foram com freqüência praticadas com vistas à valorização das atividades na graduação. Por seu efeito no plano simbólico, convém não esquecer as sessões de homenagem aos docentes que se destacaram, nas respectivas unidades, pela dedicação ao ensino de graduação.

Cumpre reiterar que a atuação da Pró-Reitoria fundamentou-se na certeza de que a busca da melhoria da graduação na Universidade envolvia o estímulo ao debate, à reflexão e à atuação das unidades no aperfeiçoamento dos respectivos currículos e procedimentos didáticos. Envolvia, também, o pleno aproveitamento da capacidade disponível em pessoal, instalações e equipamentos na criação de mais oportunidades de estudos e na criação de novos cursos, sobretudo no período noturno. Cabe finalmente observar que os projetos concernentes à graduação quase sempre apresentam maturação demorada. Muitas iniciativas bastante trabalhadas nas unidades e na Pró-Reitoria não chegaram a completar-se nos limites da gestão ora examinada. Não obstante é razoável observar que, nos acertos e nas deficiências, essas iniciativas possivelmente constituíram-se em importantes referências para o trabalho das administrações posteriores. Quero acreditar que o essencial desses trabalhos, certamente, está no perceptível impulso imprimido pela administração do Professor Roberto Lobo ao movimento em favor da recuperação da graduação na Universidade de São Paulo.

---